

QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA PARCIAL EM ALAGOAS

Reinaldo Sousa¹

Resumo

Pensar a reforma agrária brasileira como sendo parcial e consequência direta da nossa questão agrária é um dos propósitos deste trabalho. Nesse sentido, advogamos, objetivando manter a discussão em torno da temática, que a questão agrária não só existe, como também que ela é estrutural no Brasil. Assim, acreditamos que a discussão deve ir além da simples polarização entre o existir ou não existir. Para uma aproximação teórico-prática em defesa dessa linha de argumentação, escolhemos como escala de análise o Estado de Alagoas. A escolha se justifica por este ser um dos Estados-símbolo do processo histórico e formação e consolidação da nossa questão agrária. Com uma economia que se desenvolveu baseada na mão-de-obra escrava, no latifúndio e na exportação de uma única mercadoria sua história é marcada por um relativo “atraso” nas relações de investimento e produção. O uso que tem sido dado à terra neste Estado tem contribuído para o amento dos conflitos no campo. A maioria destes conflitos ocorrem, ironicamente, na Zona da Mata, região canavieira do Estado. Assim, num ambiente de desregulamentação estatal, em que vários Estados são obrigados a uma reestruturação produtiva, Alagoas vai passar por uma série de mudanças no seu complexo sucroalcooleiro com a desativação de muitas usinas e destilarias que vai culminar numa concentração da produção nas mãos de um grupo ainda menor de unidades industriais. Entendendo o método como uma forma particular de se enxergar e interpretar a realidade-mundo, temos optado, ao longo de nossa trajetória acadêmica, pelo materialismo histórico dialético que é apresentado em Marx como uma resolução prática que busca fazer sempre uma distinção entre as representações e os conceitos das coisas. Ou seja, partimos da premissa de que “[...] o método faz a ponte entre a reflexão de uma ciência particular e a produção historicamente acumulada, deixando claro o caráter social da atividade científica” (MORAES, 1987, p. 32). Para nós esse método é a ponte entre a reflexão particular e a totalidade. Trata-se, na verdade, de uma filosofia de vida que permite conhecer a essência e não as aparências das coisas. Quanto à metodologia, entendida aqui como algo distinto de método, por concordarmos com Moraes para quem o método diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, à sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. e a metodologia como um conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo, ou seja, mais relacionado aos problemas operacionais da pesquisa que propriamente a seus fundamentos filosóficos (MORAES, 1987, p. 27), trata-se de uma revisão bibliográfica. No trabalho buscar-se-á abordar acerca das principais categorias/conceitos que envolvem não só a reforma agrária parcial como a própria questão agrária e buscar-se-á uma caracterização agrária do Estado de Alagoas, o que nos permitirá uma maior aproximação da questão agrária. Assim, abordaremos paradigmas agrários, território, agronegócio, reforma agrária, além da própria base conceitual de camponês.

Palavras-chave: Alagoas. Reforma Agrária. Questão Agrária.

Introdução

A primeira década deste foi marcada, indiscutivelmente, por uma forte tensão no campo brasileiro. O modelo do agronegócio, mais que em qualquer outro momento da história, sob a tutela do Estado, avançou e seus desdobramentos são inimagináveis e vai custar à sociedade brasileira, notadamente à população do campo, grandes perdas sociais.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
e-mail: reinaldo@uneal.edu.br

Diferentemente de décadas anteriores, quando esse avanço ocorria dissimuladamente, na última década isso tem ocorrido às claras e travestido de conquista daqueles que vivem da terra. O discurso da inserção dos camponeses (agora denominados de agricultores familiares) na lógica de reprodução do capital, através da busca de recursos bancários, seguro-safra, compra de pacotes agrícolas, com sutil imposição de uso de sementes transgênicas e agrotóxicos, etc. chega com uma força descomunal apoiado, sobretudo, pela grande mídia.

Pensando nisso, nos propusemos levantar um debate em torno daquilo que estamos considerando ser uma grande mentira contada, décadas a fio, mas que tem ganhado força nos dias atuais: o falso discurso da reforma agrária. Temos discutido que a reforma agrária no Brasil é parcial e, portanto, incompleta. Ela não atende, à contento, os preceitos da nossa constituição, tampouco os anseios da parcela da sociedade que vive e sobrevive do campo.

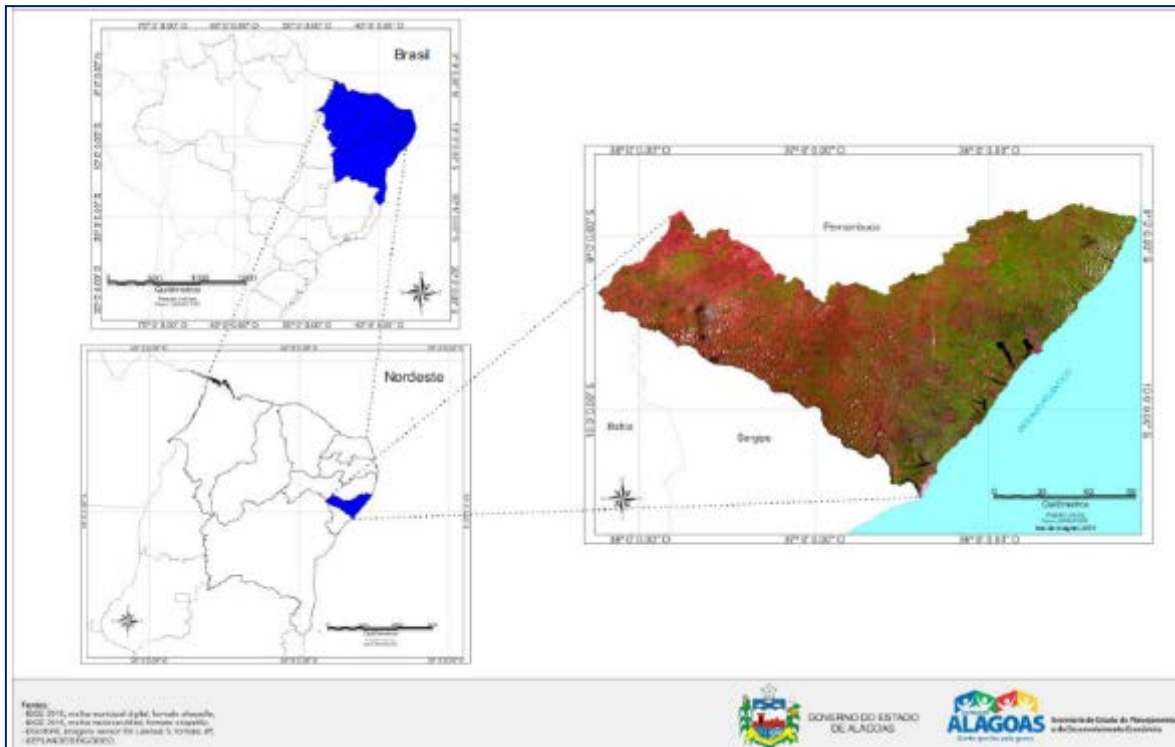
Está claro para nós, contrariamente ao que se tem dito na mídia, nos escritos oficiais e de muitos acadêmicos, que declarar reforma agrária em terras já ocupadas, de domínio público ou mesmo do setor privado, mas inférteis, não se constitui numa verdadeira reforma agrária. Assim, é preciso retomar o debate sem permitir, ou ao menos diminuindo ao máximo, as paixões ideológicas, os partidarismos, os falsos discursos, a polarização ou mesmo o inocente desejo de mudança radical, sem que as bases que dão suporte ao atual modelo sejam superadas.

É preciso ainda, sem temer os rótulos que nos serão dados, retomar o debate em torno de uma ruptura com o capital. É preciso (re)discutir o modo de produção vigente. Me parece claro que este é um debate do qual não podemos nos furtar. O modelo posto não tem dado respostas satisfatórias aos anseios da sociedade e, logo, há que ser superado. Do contrário, sucumbiremos à barbárie.

Alagoas: alguns antecedentes

A história de Alagoas (figura) se confunde com a própria história da cana-de-açúcar e seus derivados, afinal, a colonização e posterior povoamento desta parte do Brasil sempre esteve ligado a esta cultura agrícola. Nas palavras de Diegues Junior, “[...] o aproveitamento, desde o século XVI, dos férteis massapês para o cultivo da cana-de-açúcar, complementado pela pecuária extensiva nas áreas menos produtivas, moldou a

economia alagoana, influenciou sua política e soldou os principais traços de sua sociedade” (apud CARVALHO, 2009, p. 10).



Alagoas: Localização no Brasil e no Nordeste Brasileiro
 Fonte: SEPLAND (2012)

Sua economia, afirma o autor, tal qual a do Nordeste, desenvolveu-se baseada no baixo custo da mão-de-obra escrava, na abundância de terras transformadas em latifúndios e na exportação de uma única mercadoria.

Sua estrutura agrária não difere muito da totalidade brasileira. Ela reflete, tal qual em outros Estados do país, uma forte concentração fundiária e uma estrutura política marcada pelo domínio daqueles que, historicamente, sempre tiveram o domínio das terras: os coronéis da cana. Esse produto agrícola acompanha toda a história do Estado, desde seu povoamento e tem servido, em muitos espaços, como uma caricatura do Estado por muitos chamados de “sociedade do açúcar”.

Com uma produção canieira de 24.352.340 toneladas em 2010 e respondendo pela sexta colocação em nível de Brasil, esse cultivo domina o campo alagoano desde o século XVI, ou seja, ele acompanhou a história do Estado e do país na fase original. Inicialmente com o sistema de engenhos banguês, que funcionavam ao redor de pequenas e médias usinas, mas que em meados do século XX foram, juntamente com as pequenas

e médias usinas, “engolidas” pelas grandes e mais modernas usinas. As usinas maiores, “[...] cansadas de absorver engenhos, passaram também a engolir usinas menores. Quem percorrer a área canavieira observa, frequentemente, ruínas de pequenas usinas que desapareceram, absorvidas por outras, ficando como os engenhos estão, de “fogo morto” (ANDRADE 2011, p. 66).

Mas, se por lado essas inovações contribuíram para a aceleração, com consequente aumento da produção, por outro também contribuíram e têm contribuído, contraditoriamente, para a fome e uma maior instabilidade do homem do/no campo. Ou seja, o desenvolvimento técnico verificado no setor sucroalcooleiro não tem contribuído para minimizar a exploração e a fome, tampouco para alavancar o desenvolvimento social.

Ademais, não bastasse sua herança histórica, associada ao cultivo da cana-de-açúcar e caracterizada por uma grande concentração fundiária, o Estado ainda possui uma estrutura política cujas leis quase sempre beneficiam os grandes empresários do campo e usineiros. Realidade que atesta que a questão agrária brasileira não se resume tão somente à terra, mas também a uma teia complexa de relações que extrapolam o campo. É preciso, pois, (re)pensar as formas de intervenção e de luta.

No final do século passado, e em medidas posteriores, num ambiente de desregulamentação estatal muitos Estados se viram obrigados a uma reestruturação produtiva. Em Alagoas isso vai rebater no complexo sucroalcooleiro com a desativação de muitas usinas e destilarias, além da concentração da produção nas mãos de um grupo ainda menor de unidades industriais. Assim, através de diversas medidas e acordos políticos, o Estado transferiu, ao longo de oito anos, uma soma aproximada de oitocentos milhões de reais, calculados pela própria Secretaria da Fazenda, a estes grupos.

Esse fato reforça a tese de Carvalho de que o complexo sucroalcooleiro foi, desde sempre, o setor econômico mais articulado politicamente e nossa tese de que a história de Alagoas sempre esteve e está ligada à terra e as oligarquias regionais. O Estado alcançou um relativo avanço técnico, sobretudo no setor agroindustrial, a partir da década de 1970. Segundo Carvalho (2001, p. 58), “[...] em menos de duas décadas, Alagoas assistiu a expansão de sua infraestrutura, nas áreas de telefonia, estradas, água, saneamento e energia elétrica, levada à prática pelas empresas estatais ou públicas”. Entretanto, as conquistas estão muito longe da solução dos problemas enfrentados por este Estado que há muito vive o drama das terras nas mãos de poucos e a fome na barriga de muitos.

Há, ali, uma sociedade profundamente hierarquizada e de alta concentração fundiária. Sua economia, afirma Carvalho (2009), tal qual a do Nordeste desenvolveu-se baseada no baixo custo da mão-de-obra escrava, na abundância de terras transformadas em latifúndios e na exportação de uma única mercadoria.

Esta combinação estimulava uma atitude conservadora que “[...] não oferecia as condições para que, no campo estritamente empresarial, as inovações tecnológicas e os novos métodos de produção fossem incorporados e, para que, na área social, acontecessem as mudanças em direção a uma melhoria da qualidade de vida da população (CARVALHO, 2001, 656). Pode-se afirmar que essa filiação histórica ao setor sucroalcooleiro, nascido ainda no período colonial, não só passou forte pelo império como se consolidou durante a república e, concordando com Carvalho, fortemente amparado pelo Estado.

Esse forte amparo do Estado ao setor vai ser sentido, sobretudo, na década de 1930, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. Essa nova lógica intervencionista vai responder à crise mundial instaurada no início desta década e, no bojo de suas determinações,

[...] estabelece quotas de produção por Estado, por usina e por fornecedor, define regras para exportação e administra os preços para o açúcar. A partir de então “eliminou-se praticamente o risco de se produzir cana e açúcar no Brasil e, conseqüentemente, reforçou-se a característica estrutural da integração dessas atividades [...] O Estado, através do IAA, exercia influência sobre o mercado interno, fixando preços e monopolizando as compras. Regulamentava, também, o transporte, o manuseio e a armazenagem do açúcar (CARVALHO, 2001, p. 657)

Carvalho divide, para uma melhor compreensão, essa intervenção governamental, através do IAA, em duas etapas distintas que vão corresponder ao desempenho do setor sucroalcooleiro. A primeira entre 1933 e 1960, período que ele classifica de *crescimento regular*, que representa o processo de institucionalização setorial e de criação dos mecanismos de regulação e defesa como os Planos Anuais de Defesa de Safra sem, contudo, dinamizar a expansão da produção através de mecanismos de financiamento direto.

A segunda etapa, entre os anos de 1960 e 1990, é a fase classificada de *crescimento acelerado*, momento que corresponde ao processo de modernização agrícola-industrial induzido pelo Estado (CARVALHO, 2001). Em 1990 o Instituto do Açúcar e do Alcool foi extinto e um novo desafio foi posto aos Estados que possuíam suas economias com forte influência desta atividade. Isso obrigou os Estados, e no bojo Alagoas, a uma readequação econômica e política. Assim,

[...] a partir de 1990, deu-se início a um processo de reestruturação produtiva que atingiu em cheio as 27 usinas e 33 destilarias então existentes no Estado, e que, nesse período, empregavam mais de cem mil trabalhadores e representavam a principal atividade agro-industrial de 57 dos 102 municípios alagoanos. Esse processo levou à desativação das indústrias menos competitivas e à concentração da produção de cana, álcool e açúcar nas mãos de um conjunto reduzido de grupos empresariais (CARVALHO, 2001, p. 655)

Essa modernização, afirmam Silva e Leite (2010) vai atingir, sobretudo, a agroindústria sucroalcooleira com a inserção de máquinas modernas e mão-de-obra mais qualificada tanto na gestão quanto na produção das usinas. Essa mudança tem uma interferir na qualidade de vida, uma vez que,

[...] ainda que contrate trabalhadores temporários no período do corte da cana, esse percentual tem reduzindo diante das transformações nas condições de trabalho deste setor produtivo, que absorve cada vez mais tecnologia, aumentando sua capacidade produtiva em menos tempo em relação ao trabalho humano, além da ausência de fiscalização das condições precárias a que são submetidos os trabalhadores que cortam cana (SILVA e LEITE, 2010, p. 19).

É importante destacar, também, a participação governamental na economia dos Estados produtores de cana-de-açúcar e seus derivados da criação, em 1975, do Programa Nacional do Alcool – Proálcool. Sua criação foi justificada pela crise internacional instaurada naquela década pelo primeiro choque do petróleo. Partindo desta perspectiva o governo brasileiro busca, então, formas alternativas de redução da dependência do país em relação ao combustível fóssil e seus reatamentos na economia nacional (MICHELLON, 2008).

Naturalmente isso vai reverberar nas economias dos Estados que praticavam essa atividade. No plano setorial, por exemplo, os empresários que haviam aumentado as unidades produtivas a partir do estímulo dos programas federais, vigentes entre 1970/75,

para vender açúcar no mercado internacional foram beneficiados (CARVALHO, 2001, p. 658).

Com o segundo choque do petróleo em 1979, o programa foi ampliado, visando nessa fase à produção de álcool como combustível substituto à gasolina, sendo aqui priorizada a produção de álcool [...], produzido em destilarias autônomas e anexas as usinas. O governo passa então, a estimular o consumo de álcool dando isenções fiscais para a aquisição dos veículos movidos exclusivamente a álcool e, também, convertendo sua frota de veículos a esse combustível, entre outros (MICHELLON, 2008, p. 02).

O Programa passou por três fases claramente definidas: uma primeira classificada de *fase de expansão moderada*, entre os anos de 1975 e 1979, responsável pelo financiamento da montagem e ampliação de destilarias com objetivo de aumentar a produção de álcool anidro que seria misturado com a gasolina; a segunda foi denominada de *fase de expansão acelerada*, entre os anos de 1980 e 1985. Nesta fase aumentou-se a produção de álcool hidratado para uso em motores a álcool e uma terceira fase que foi a *fase da desaceleração e crise*, entre os anos de 1986 e 1990 (CARVALHO, 2001).

Na década de 90 o programa continuava em letargia, com o governo promovendo a desregulamentação do mercado, liberando os preços dos produtos e permitindo a livre concorrência. Já no final da década os empresários do setor começam a se agrupar para tentar dar novo ânimo ao programa (MICHELLON, 2008, p. 03).

Em termos relativos, afirma Carvalho (2001), Alagoas foi um dos Estados que mais se beneficiou com o Proálcool. Segundo dados do autor ele recebeu 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados ao programa. Entre os anos 1975 e 1990, “[...] o setor alcooleiro alagoano ampliou sua capacidade produtiva por meio de vinte novas destilarias anexas e nove autônomas, multiplicou a produção de álcool em 25 vezes e quase duplicou sua produção de açúcar e, para tudo isto, triplicou sua área plantada com cana-de-açúcar” (CARVALHO, 2001, p. 658). Esse crescimento só foi possível em função da subvenção governamental em transferência de recursos públicos para o setor privado na ordem de, aproximadamente, setecentos milhões de dólares segundo Carvalho (2001)

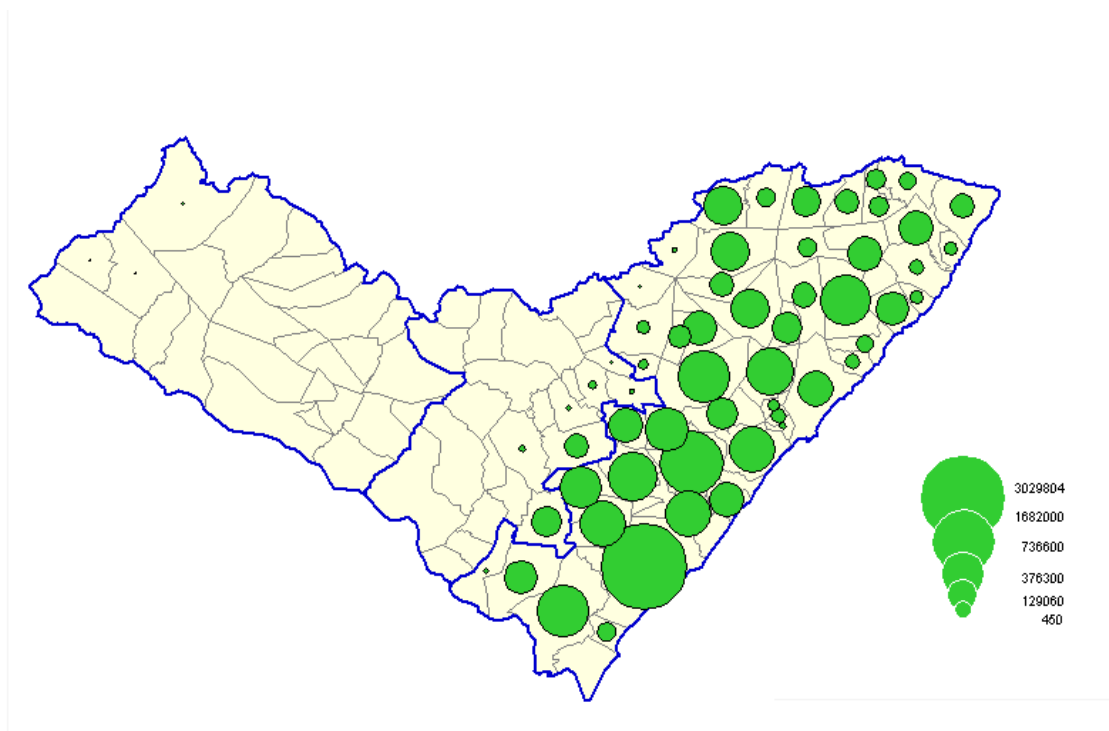
Assim, num ambiente de desregulamentação estatal os Estados se veem obrigados a uma reestruturação produtiva. Em Alagoas isso vai rebater no complexo sucroalcooleiro com a desativação de muitas usinas e destilarias, além da concentração da produção nas

mãos de um grupo ainda menor de unidades industriais. A soma destes eventos [extinção do IAA, desregulamentação do setor sucroalcooleiro e enfraquecimento/desativação do Proálcool] vão gerar uma expectativa muito grande em torno do Polo Cloroalcoólquímico de Alagoas - PCA. Mas, isso ficou apenas nas expectativas, pois, o sonho se esvaiu a partir da construção do etenoduto Camaçari (Bahia) - Salgema (hoje Braskem) em Maceió no ano de 1990 (CARVALHO, 2001).

Nesse sentido, o setor sucroalcooleiro alagoano vai, mais uma vez, buscar guarita no aparato estatal contribuindo, substancialmente, para o agravamento dos problemas sociais, sobretudo no campo e agravar a nossa questão agrária. Segundo denúncia feita por Carvalho (2001), por exemplo, o banco estadual, à época, não teria recebido dos empresários do setor o equivalente a R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões) em empréstimos, o famigerado “perdão”. Isso resultou no histórico acordo fiscal de 1989 entre o Governo do Estado e as indústrias do açúcar. No acordo, afirma o autor, o Estado transferiu, ao longo de oito anos, uma soma aproximada de oitocentos milhões de reais, calculados pela própria Secretaria da Fazenda.

Conflitos por terra e reforma agrária parcial na sociedade do açúcar

Com uma população de 3.358.963 habitantes (IBGE, 2016) e área de 27.848,158km², Alagoas está localizado na Região Nordeste do Brasil. O Estado conta com 102 municípios dos quais pelo menos 54 são produtores de cana-de-açúcar (figura), sobretudo aqueles localizados na Zona da Mata. Destacamos essa informação, sobretudo, por ser esta uma cultura que sempre esteve, historicamente, ligada aos conflitos por terra e concentração fundiária no Estado, principalmente na zona da mata.



Alagoas: Espacialização da cana-de-açúcar em Alagoas 2015

Fonte IBGE/SEPLAND-AL

Elaboração: Reinaldo Sousa a partir do Philcarto

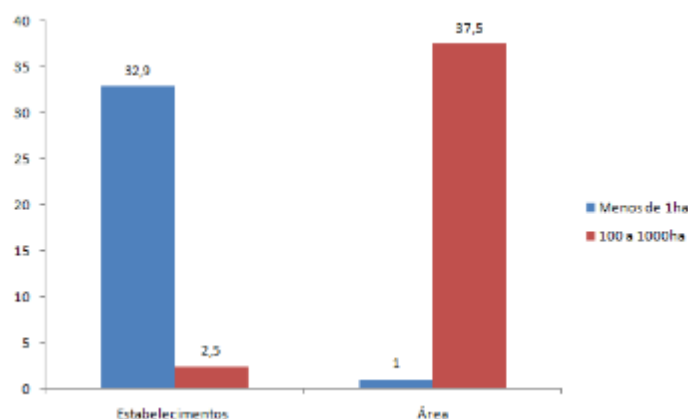
Como dissemos antes, a estrutura agrária deste Estado não difere muito da realidade brasileira, refletindo uma realidade há muito conhecida: a concentração fundiária. A cana-de-açúcar, espécie muito usada para a produção de agrocombustíveis, constitui, à rigor, uma espécie de comoditização do campo e acaba por transformá-lo em um lugar de produção meramente econômica, minando outras possibilidades. Trata-se, portanto, de uma monocultura cuja finalidade não é, em primeira instância, atender ao mercado interno, mas abastecer o mercado externo, ao capital monopolista estrangeiro.

Nesse sentido, pode-se dizer que o espaço alagoano foi preparado “[...] para atender aos imperativos de uma produção destinada, eminentemente, à acumulação e à produção do capital” (RAMALHO, 2003, p. 548). A atividade ligada à produção de agrocombustíveis envolve duas questões centrais: primeiro, a suficiência alimentar e, segundo, a suficiência energética. Como a atividade não consegue atender à demanda das duas, tem priorizado a suficiência energética. O resultado dessa opção é a fome que tem se alastrado no Estado, sobretudo nas porções mais interiores.

Ademais, o uso da terra tem contribuído, historicamente, para a intensificação dos conflitos no campo a partir dos movimentos de ocupação de terras. Dados da rede

Dataluta (2015) apontam que entre os anos de 1988 e 2014, por exemplo, foram registradas pelo menos 9.280 ocupações no Brasil. O Nordeste brasileiro respondeu por 3.506 destas ocupações e envolveu 465.934 famílias, ou seja, 37,78% e 36,52% do total de ocupações do Brasil no período, respectivamente. Se analisarmos as ocupações para Alagoas elas totalizaram 610 com um total de 68.215 famílias envolvidas ou seja 5,57% e 5,35% do total brasileiro, respectivamente.

Como principais segmentos socioterritoriais envolvidos nestes conflitos, a rede Dataluta aponta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, o Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e os Movimentos Indígenas. Essa violência se apresenta de maneira mais clara na Zona da Mata, área de maior concentração de grupos sociais ligados à luta pela terra. Em 2015, para um total de 1.217 conflitos registrados no campo brasileiro pela CPT, Alagoas aparece com 18 conflitos envolvendo 940 famílias. A maioria destes conflitos ocorreu na Zona da Mata Alagoana. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (gráfico) o Estado contava, em 2006, com 40.557 propriedades menores que 1ha. Elas respondiam por 32,9% dos estabelecimentos, mas apenas 1% da área. Já as 3.030 propriedades entre 100 e 1000ha (2,5% dos estabelecimentos) respondiam por 37,5% da área. Isso reflete o alto grau de concentração fundiária a que o Estado está submetido.



Alagoas: Estrutura Fundiária – 2006
 Fonte: IBGE; Org. Reinaldo Sousa

É notável, no Estado, a desproporcionalidade no domínio da área pelos estabelecimentos quando comparamos o domínio daquelas classificadas como de

“proprietários” com aquelas de domínio de parceiros ou ocupantes. No ano de 2006 o número total de estabelecimentos foi de 123.331. Destes, 88.823 estavam na condição de proprietários e ocupavam uma área de 1.919.894ha. Já os parceiros e ocupantes que somaram 19.193 estabelecimentos ocupavam apenas 77.631ha segundo dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE.

O censo também aponta um aumento do índice de Gini de 0,858 em 1985 para 0,863 em 1995, 0,871 em 1996. Com esse indicador em 0,871 em 2006 o Estado supera o Maranhão com 0,866, Mato Grosso com 0,865 e o Ceará com 0,862 (HOFFMANN, 2010). Esses dados evidenciam uma elevada desigualdade na distribuição da posse da terra no Estado.

Essa estrutura agrária possui uma forte ligação com a cana-de-açúcar, uma vez que ela acompanha toda a história do Estado desde seu povoamento. Com uma produção canavieira de 24.352.340 toneladas em 2010 (tabela), o Estado de Alagoas responde sexta colocação em nível de Brasil, perdendo para os Estados de São Paulo, com 426.572.099t, Minas Gerais com 60.603.247t, Paraná com 48.361.207t, Goiás com 48.000.163t e Mato Grosso do Sul com 34.795.664t.

Alagoas: Área Colhida, Quantidade, Rendimento Médio, Valor, Variação e Participação na Produção Nacional - 2010

| Principais Unidades da Federação e os 20 municípios com as maiores produções de cana-de-açúcar | Área colhida (ha) | Quantidade produzida (t) | Rendimento médio (kg/ha) | Valor da produção (1 000 R\$) | Variação da produção em relação ao ano anterior (%) | Participação no total da produção nacional (%) |
|--|-------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|---|--|
| Brasil | 9 076 706 | 717 462 101 | 79 044 | 28 313 638 | 3,7 | 100,0 |
| São Paulo | 4 986 634 | 426 572 099 | 85 543 | 15 627 096 | 4,4 | 59,5 |
| Minas Gerais | 746 527 | 60 603 247 | 81 180 | 2 387 347 | 3,8 | 8,4 |
| Paraná | 625 885 | 48 361 207 | 77 269 | 1 767 438 | (-)10,2 | 6,7 |
| Goiás | 578 666 | 48 000 163 | 82 950 | 1 648 003 | 9,9 | 6,7 |
| Mato Grosso do Sul | 399 408 | 34 795 664 | 87 118 | 1 445 114 | 37,9 | 4,8 |
| Alagoas | 433 725 | 24 352 340 | 56 147 | 1 245 712 | (-)9,1 | 3,4 |
| Pernambuco | 361 253 | 19 704 071 | 54 544 | 1 261 280 | 1,3 | 2,7 |
| Demais Unidades da Federação | 944 608 | 55 073 310 | 58 303 | 2 931 647 | (-)1,3 | 7,7 |

Fonte: IBGE (2010)

O Estado de Alagoas, talvez por estar centrado no interior nordestino, região não concentrada do Brasil, tem sua história marcada por um relativo “atraso” nas relações de investimento e produção, de forma que os arranjos territoriais também são diferenciados. Isso se

dá em razão da forma como se usa o território. Ou seja, duas regiões com as mesmas virtualidades, mas com usos diferentes vão produzir, inevitavelmente, diferenças espaciais. Assim, aquelas regiões desprovidas dos meios necessários para se conhecer, antecipadamente, os movimentos da natureza, a mobilização dos recursos técnicos, científicos, financeiros e organizacionais obterão respostas comparativamente mais medíocres (SANTOS, 2009).

Nesse sentido, o padrão de análise das relações sociais e de produção que se estabeleceu na sociedade alagoana, ao longo dos últimos três períodos técnicos, não pode e não deve ser o padrão estabelecido para outras regiões do país. O Estado alcançou um relativo avanço técnico, sobretudo no setor agroindustrial, a partir da década de 1970. Esse avanço “[...] viabilizou o surgimento, em Alagoas, de um parque industrial relacionado estreitamente com o setor sucroalcooleiro [...], além da instalação, em Maceió, de indústrias metalúrgicas” (CARVALHO, 2009, p. 44-45). Mas, também um decréscimo de 55,2% em culturas como arroz, feijão e mandioca, além do aumento na descarga do vinhoto, resíduo da fabricação de álcool altamente poluente quando descartado em cursos d’água (CARVALHO, 2009).

Outra face da perversidade no campo alagoano diz respeito à modernização agrícola. As novas tecnologias, implementadas no campo, têm sido responsáveis por muitos problemas, sobretudo para o aumento do desemprego e subemprego. A aquisição de novas variedades de cana – de – açúcar, de novas máquinas, do uso intensivo de fertilizantes, do investimento em novas formas de transporte etc, são alguns exemplos.

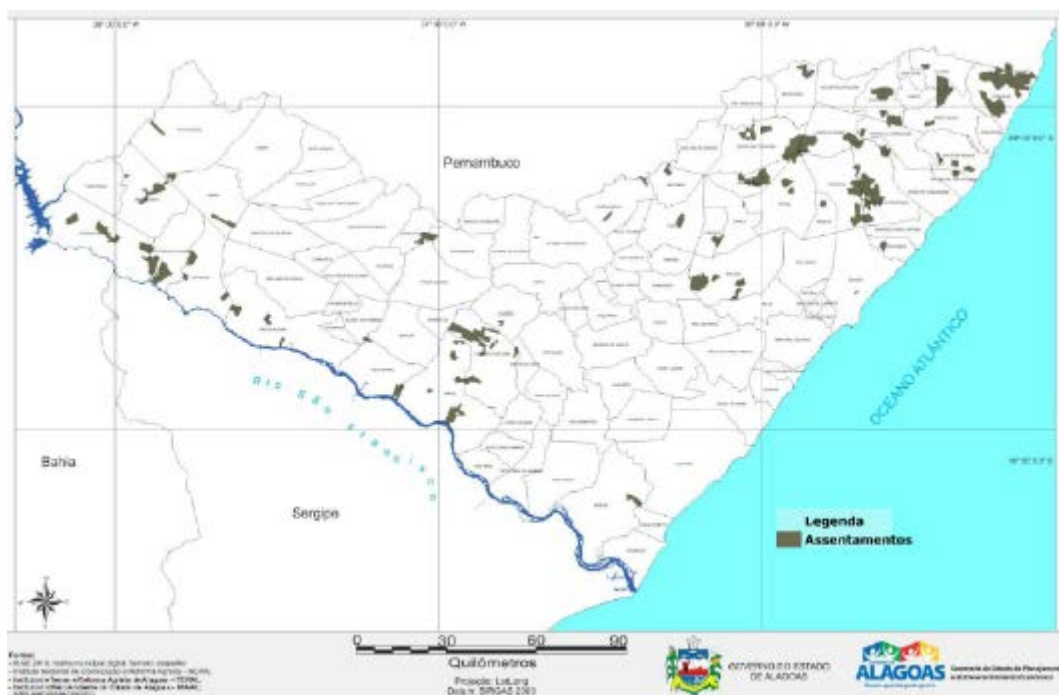
Se por lado essas inovações contribuem para a aceleração, com conseqüente aumento da produção, por outro tem contribuído, contraditoriamente, para a fome e uma maior instabilidade do homem do campo. Afinal, elas expulsam muitos trabalhadores do campo para as cidades e os torna trabalhadores temporários da agricultura, quando não favelados ou indigentes sem qualquer qualificação profissional nas periferias dos grandes centros.

Assim, o desenvolvimento técnico verificado no setor sucroalcooleiro não tem, contraditoriamente, contribuído para minimizar a exploração e a fome, tampouco para alavancar o desenvolvimento social. Ao contrário, tem potencializado as diferenças e servido apenas a um pequeno grupo que, historicamente, constitui o mesmo que sempre

dominou o Estado: o grupo que domina os latifúndios canavieiros e mantém os complexos usineiros.

O uso da terra em Alagoas tem contribuído, assim como em outras regiões do país, para a intensificação dos conflitos no campo a partir dos movimentos de ocupação de terras. Dados da rede Dataluta (2015) apontam que entre os anos de 1988 e 2014 foram registradas pelo menos 9.280 ocupações no Brasil. O Nordeste brasileiro respondeu por 3.506 destas ocupações e envolveu 465.934 famílias, ou seja, 37,78% e 36,52% do total de ocupações do Brasil no período, respectivamente. Se analisarmos as ocupações para Alagoas elas totalizaram 610 com um total de 68.215 famílias envolvidas ou seja 5,57% e 5,35% do total brasileiro, respectivamente.

Quando se analisa quantas ocupações evoluíram para assentamentos a realidade vai justificar a ocorrência de conflitos. Somente 13.765 famílias foram assentadas em 162 assentamentos constituídos e distribuídos por todo o território, mas concentrado, sobretudo, na Zona da Mata (figura).

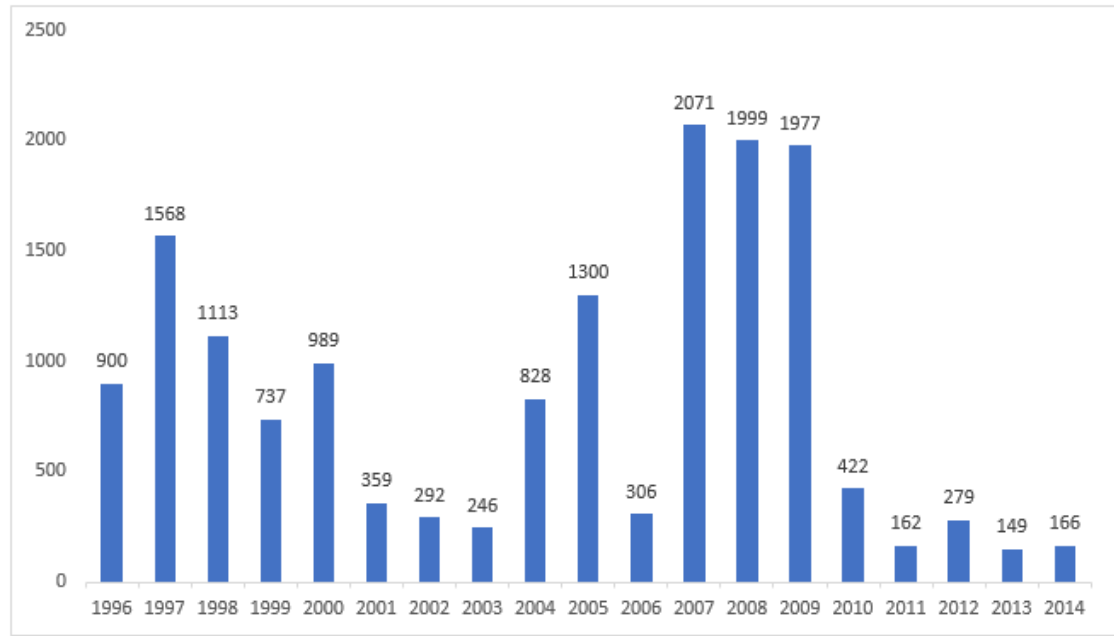


Alagoas: Espacialização dos Assentamentos de Reforma Agrária

Fonte: SEPLAND (2012)

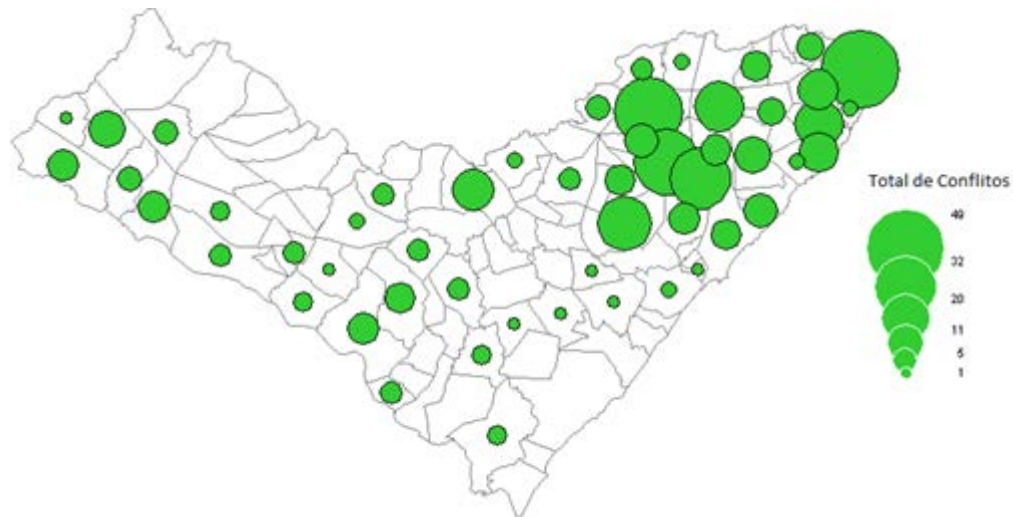
Se considerarmos apenas o ano de 2014, Alagoas registra um total de 4 assentamentos, o que equivale a 2,8% dos 145 registrados para o Brasil. Esse quantitativo

envolveu cerca de 166 famílias, algo em torno de 1,5% (gráfico a seguir) em relação ao número total para o país segundo dados do Incra. Entre os anos de 1996 e 2014 o período cujos assentamentos foram mais representativos quanto ao número de famílias assentadas foi entre os anos de 2007 e 2009.

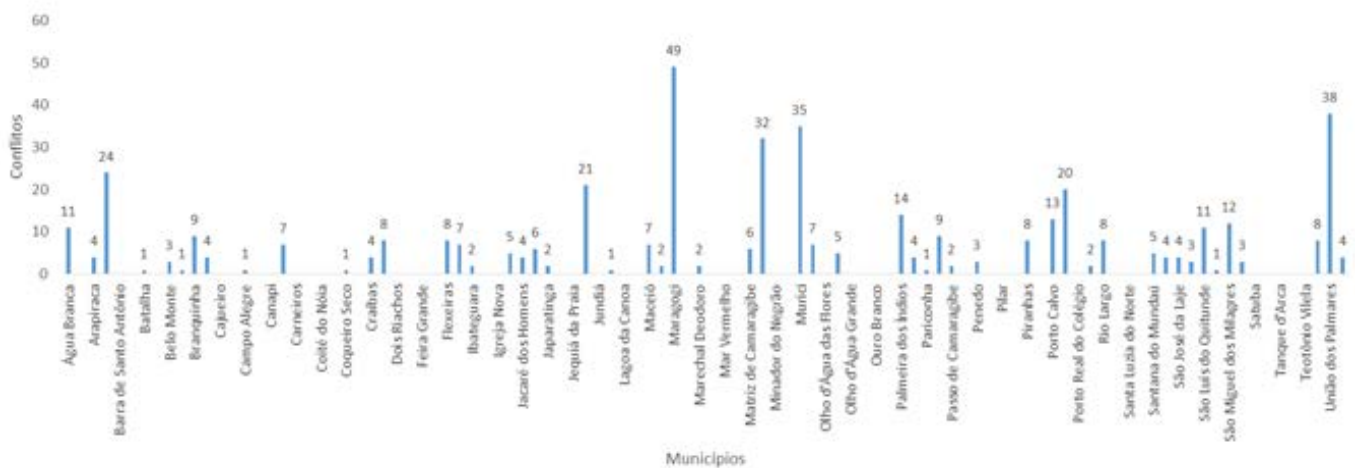


Alagoas: Famílias Assentadas Entre 1996 e 2014
 Fonte INCRA - DT/Gab-Monitoria - Sipra Web, 2014

Alagoas é um Estado com elevados índices de violência no campo. Essa violência se apresenta de maneira mais clara na Zona da Mata, área de maior concentração de grupos sociais ligados à luta pela terra. A figura a seguir nos dá uma visão geral dessa espacialização. Os dados foram compilados a partir da base de dados da Comissão Pastoral da Terra e reúne os números de conflitos por terra entre os anos de 2000 e 2013. Como se vê, há uma nítida concentração dos conflitos na faixa que compreende a Zona da Mata Alagoana, área tradicionalmente canvieira e de concentração de camponeses que há anos lutam por terra e, com isso, entram em choque com as oligarquias agrárias daquela região. O gráfico a seguir nos ajuda na visualização desses conflitos por município.



Alagoas Conflitos por Terra 2000 a 2013
 Fonte: CPT; Organização: Reinaldo Sousa a partir do Philcarto



Alagoas: Total de Conflitos Entre os anos 2000 e 2013
 Fonte: CPT; Organização: Reinaldo Sousa a partir do Philcarto

Em 2015, para um total de 1.217 conflitos registrados no campo brasileiro pela CPT, Alagoas aparece com 18 conflitos envolvendo 940 famílias. A maioria destes conflitos ocorreu na Zona da Mata Alagoana, sobretudo em São Miguel dos Milagres, Maragogi e Porto Calvo. Se comparado aos dados de 2014 houve um declínio, pois naquele ano foram registrados 33 conflitos no campo envolvendo 1.925 famílias, mas os números continuam elevados.

Assim, Alagoas vai se configurando, como tantos outros Estados brasileiros, como um território marcado pela presença de uma questão agrária. Atesta a tese não só da sua existência como da sua estruturalidade no capitalismo. Os números, apesar de baixos, quando comparados com outras realidades do Brasil, evidenciam a necessidade de se pensar o campo brasileiro, de se buscar alternativas ao seu uso irracional pelo capital e a necessidade de se pensar uma reforma agrária verdadeiramente completa, pois a que se tem é parcial.

Ademais, não bastasse sua herança histórica, associada ao cultivo da cana-de-açúcar e caracterizada por uma grande concentração fundiária, o Estado ainda possui uma estrutura política cujas leis quase sempre beneficiam os grandes empresários do campo e usineiros. É preciso, pois, (re)pensar as formas de intervenção. Do contrário estaremos fadados à repetição dos mesmos erros.

Para Não Concluir

Enfim, o Estado é exemplo incontestado não só da existência de uma questão agrária, como também de que não tem havido, no Brasil, uma reforma agrária completa. Ela tem se configurado, e é isso que temos defendido, como uma reforma agrária parcial que atende, sobretudo, ao grupo que historicamente sempre esteve no controle das terras no Brasil. Grupo que nunca teve a preocupação de fazer valer o valor social da terra, ao contrário tem buscado, ano após ano, governo após governo aumentar seu prestígio e renda territorial.

Referências

CARVALHO, C. P. Análise da Reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucroalcooleira Alagoana. Maceió: Edufal, 2009.

CARVALHO, C. P. **Novas Estratégias Competitivas para o Novo Ambiente Institucional:** O Caso do setor Sucroalcooleiro de Alagoas 1990/2001. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 654-675, novembro 2001.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatórios.** NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP Coordenação: GIRARDI, E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015. Disponível

em<file:///C:/Users/REINALDO/Desktop/Modo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o/mangolin-o-conceito-de-modo-de-producao-2010.pdf> acesso em 13 de março de 2015.

DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica, a Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

SEPLANDE. **Alagoas em Mapas**: acervo de mapas sobre o Estado de Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico. Maceió, Sepland, 2012.